

DOI 10.22478/ufpb.2317-6725.2024v30n51.73520

Dossiê SAECULUM - Violências de Gênero: Interseccionalidade, Sexualidades e Justiça


Gender Violence: Intersectionality, Sexualities and Justice

Cláudia Regina Nichnig

 <https://orcid.org/>

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Gilmária Salviano Ramos

 <https://orcid.org/0000-0002-6862-8289>

Universidade Aberta do Brasil (UFSC)

Apresentação do Dossiê Temático

O Dossiê dessa edição da *SAECULUM* – Revista de História (2025), composto por quatro artigos articulando as violências de gênero, interseccionalidade e justiça, teve como objetivo lançar luz sobre pesquisas voltadas aos mais diversos marcadores de gênero e violências, e mostrar como eles podem contribuir para os debates de temas contemporâneos vinculados à historiografia. Desde a segunda metade do século XX, a abordagem de gênero alinhada à Justiça libertou a pesquisa das restrições de uma história positivista e reprodutivista corroborando para novas metodologias de se pensar as várias formas de violência sexista e de gênero de modo trans e interdisciplinar, consolidando o campo dos estudos de gênero, das teorias feministas e das sexualidades no Brasil.

É preciso ressaltar que sob o conceito das interseccionalidades ou das encruzilhadas (RODRIGUES JÚNIOR, 2018; BUENO; ANJOS; 2021), conceito e debate que desponta no Brasil, se enfatiza a presença dos marcadores sociais de forma inseparável, os quais não operam isoladamente e são significativos para problematizar e enfrentar os meandros das violências. Desta forma, se as pesquisas, estudos e práticas no campos das violências de gênero, anteriormente enfatizavam o marcador social de classe (afirmando que as violências eram um problema a ser enfrentado apenas em lares das classes populares), na atualidade se busca outros olhares e perspectiva para pensar que, infelizmente, trata-se de um fenômeno que não está restrito a uma classe, nem a uma cor, nem a um gênero, mas que é preciso enfrentá-las em variados espaços, pois são fenômenos complexos e multifacetados. Assim, é preciso considerar que alguns corpos são sim mais submetidos às violências (como mulheres negras e indígenas brasileiras), mas que é preciso perceber e enfrentar este como um grave problema social, buscando a desnaturalização e colocando em evidência outros marcadores sociais que contribuem para o fenômeno e a desumanização de alguns corpos. Como é necessário questionar como um problema social, mas também possível de ser analisado por meio das ferramentas historiográficas, considerando um tempo e um espaço, que permitem que fenômenos sociais como estes se naturalizem e se perpetuem. Assim, os diferentes marcadores sociais atuam concomitantemente e por isso devem ser considerados de forma a contribuir com esse campo de estudos, sendo estes



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

fenômenos resultado de somatórios de opressões e desigualdades que levam as experiências das violências de gênero sofridas e sentidas por meninas e mulheres. Ou seja, não é mais possível enfrentar as violências de gênero sem pensar na importância do campo educacional e epistemológico, é preciso aliar forças com a academia também para pensar e formular estratégias de enfrentamentos, seja o incentivo de novas pesquisas, seja na formalização de grupos de estudos. Desta forma, a História também atua em busca da justiça social e na perspectiva da educação em Direitos Humanos.

Como tema e campo de pesquisas que aliam a História, a Educação, o Direito, a Psicologia, a Antropologia, o Serviço Social, dentre outros campos de conhecimentos, os estudos das violências de gênero se correlacionam não somente a perspectiva dos Direitos Humanos, mas abrem o debate para questões que são cruciais no tempo presente: os estudos que consideram as interseccionalidades pois não é possível problematizar as violências sem considerar os diferentes marcadores sociais, como raça, etnia, classe, religião, sexualidades, capacitismo, nacionalidades, regionalidades, dentre outras

Os artigos aqui reunidos também apontam para as possibilidades de pesquisas para a História e o uso de fontes documentais, como as fontes jurídicas, que possibilitam observar os discursos e práticas dos operadores do direito em relação as populações, com ênfase nas mulheres, assim como lançam luz para outras possibilidades de uso de fontes para o estudo das violências na História, como as legislações educacionais. Como poderemos modificar uma realidade tão letal para mulheres, que matam seus corpos e interrompem seus sonhos senão pela via da educação? Assim, chamamos que tanto a educação não formal como a educação formal, através da implementação de legislações específicas, permitem que educadores e educadoras coloquem suas mãos na massa e busquem práticas para a abordagem destas temáticas na escola, trazendo o debate das violências de gênero, já que previsão legal temos em nosso ordenamento jurídico.

Desta forma, enfatiza-se aqui as possibilidades epistemológicas como também práticas sociais evidenciadas pela Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006) para o campo da Educação em Direitos Humanos, sob a perspectiva dos estudos de gênero, cujo viés pedagógico, expandido para toda a população, ressalta a necessidade de uma formação e de uma educação para todas os autores das violências, entendendo estes como participantes de ciclos de violências, os quais precisam ser alterados e interrompidos, trazendo a perspectiva da formação e da Educação em Direitos Humanos como uma via possível. O dossiê indica a necessidade de considerarmos o estudo das violências com o protagonismo das mulheres brasileiras pela via da educação, através da recente legislação, a Lei 14.986/2024, a qual impõe que crianças e adolescentes devam conhecer e estudar as contribuições das mulheres, enfatizando as ações protagonistas e problematizando não somente histórias de violências sofridas e ausências de direitos, como também sua atuação política em busca por direitos, por igualdade e por vidas dignas. Assim, possibilitou-se estudar e conhecer mulheres com um protagonismo social e sua importância para a História e para sociedade, seja a partir do exercício do espaço público e político, seja enfatizando a ideia de que o espaço privado é igualmente importante, e, a partir disso, é possível perceber e respeitar o trabalho das donas de casa como um trabalho necessário para a sociedade. Assim, legislações como essa permitem uma educação e pesquisas que apontem a necessidade não apenas do respeito e a igualdade das mulheres nos diferentes espaços, mas que se pense um caminho que restaure os ideais de respeito e igualdade para todas as pessoas, enfatizando que a vida em sociedade deva ser sinônimo de respeito e igualdade



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

nos lares, nos ambientes de trabalho e nas comunidades escolares, os quais devem ser marcados e protagonizar histórias de respeito e igualdade e não por histórias de violências.

Os ideais de respeitabilidade e igualdade entram em contradição com histórias de violências, misoginia, lesbofobia e transfobia, dentre outras que estão presentes nos lares brasileiros e que reverberam no ambiente escolar, transformando este também em ambientes marcados por atos violentos contra professoras, estudantes e servidoras, e sobretudo entre estudantes. As várias formas de violências sofridas por meninas e adolescentes, em particular através do uso das redes sociais e outras mídias digitais é um fenômeno cada vez mais presente e assustador, que pode e deve ser problematizado também a partir das lentes da história. Assim, este dossiê propõe pela via da historiografia análises destes temas urgentes, a serem abordados tanto no ensino como na pesquisa em História. Acerca disso, estes marcadores sociais da diferença e os conceitos de interseccionalidade devem ser considerados.

Nesse sentido, os artigos reunidos no dossiê colocam luz nesta trajetória de pesquisas que abordam as violências de gênero, que já consiste em um campo a ser considerado na historiografia, e que vem trazendo novos olhares, novas pesquisas e fontes para velhos e novos debates. Faz-se necessário enfatizar que este campo de pesquisa marcadamente interdisciplinar carece ainda de contribuições historiográficas, pois as violências apesar de estarem presentes em um continuum, como denunciam e afirmam as mulheres indígenas brasileiras, as quais presenciam e vivenciam desde o início do processo de colonização, são denunciadas isolada e coletivamente por mulheres negras desde a diáspora africana e o período de escravização de seus corpos. Os artigos aqui relacionados nos incitam a refletir como estes processos e experiências que marcam as mulheres e meninas na longa duração continuam no tempo presente, ou seja, são marcas ancestrais, feridas que ainda não pararam de doer e de sangrar, e desta forma conectam gerações em experiências traumáticas de dor e sofrimento.

O conjunto de artigos aqui reunidos indicam a possibilidade de se estudar as violências de gênero não somente através de fontes jurídicas e discursos dos operadores do direito, como também por meio das práticas dos profissionais da educação; utilizando fontes históricas variadas, como as midiáticas, como filmes e documentários, outras impressas, como jornais e revistas, ou seja, são questões urgentes e atuais que precisam também ser discutidas na escola e nas aulas de História. As produções acerca dos movimentos sociais com a colaboração das fontes orais para o campo das violências e da história das mulheres, sob o prisma da perspectiva de gênero, têm trazido pesquisas inovadoras e promissoras. Assim, é possível estudar e reconhecer que as violências não são práticas restritas a alguns espaços privados, infelizmente, mas que são práticas presentes nos ambientes públicos do acesso à justiça e à saúde pública, mas também estão presentes nos ambientes escolares, tendo como exemplo as práticas de violência física e verbal, contra professoras, professores, servidores e entre estudantes, mas também práticas como as homofóbicas e transfóbicas, os bullyings e os cyberbullyings que ocorrem no chão da escola, fazendo com que muitas meninas, adolescentes, pessoas não binárias, travestis e transexuais evadam o ambiente escolar. Mas sobretudo as pesquisas e os estudos abordam práticas de violências nos ambientes domésticos brasileiros, ainda que já enfrentadas e problematizadas pela Lei Maria da Penha que visa as coibir, ainda não cessaram e problemas como estes devem ser pensados a partir de um viés humanístico e através das lentes dos estudos de gênero. Desta forma, os estudos aqui reunidos visam a necessidade do debate e do enfrentamento



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

também através da historiografia, que podem se projetar também como a produção de uma prática historiográfica engajada (NICHNIG, 2024), conectada com os anseios e as necessidades sociais.

Além disso, as problematizações e os enfrentamentos nos ambientes escolares também são necessários e urgentes, já que as violências sofridas pelas meninas e mulheres no ambiente privado afetam toda as suas trajetórias, bem como a possibilidade de estudar e sonhar com uma vida livre de violências. Desta forma, os impedimentos para o exercício de uma vida digna para as meninas e mulheres passam pelas marcas e pelos impedimentos gerados pelas violências sofridas em seus lares, por seus maridos, companheiros, pais, irmãos e familiares e que continuam em outros espaços, como os escolares e os espaços relacionados ao mundo do trabalho, quando não quebramos estas percepções em relação a naturalização e a possibilidade da existência de práticas de violências contra seus corpos e suas almas.

Estamos aqui propondo um caminho que não é novo, mas que precisa ser incentivado e sonhado coletivamente, que se abram novas perspectivas e possibilidades para a vida em comunidade, que não se naturalize as violências em nenhum ambiente, bem como não se aceite a misoginia como prática naturalizada, tampouco se permitam discriminações, desrespeito e violências nas relações afetivas, pessoais e de amizade, pensando que o amor e o respeito devam reger estas relações em comunidade e afetivas. Por isso apresentamos as autoras e autores que ousaram a sonhar conosco possibilidades de pesquisa e ensino que tragam a temática das violências para o centro do debate historiográfico, pensando que este dossiê pode ser um convite para novos diálogos e novas pesquisas.

O artigo “Conflitos e Violências: elementos cotidianos das meretrizes em Crato/CE”, das professoras Ravenna Rodrigues Cardoso e de Simone Pereira da Silva, faz uma reflexão sobre os discursos dos operadores da lei com relação às meretrizes da cidade do Crato, bem como dar relevância às narrativas tecidas pelas mulheres ao relatarem acerca de elementos ricos de seu cotidiano. Aos olhos da Justiça, o requisito da honra moral e sexual constituía peça fundamental para determinar as identidades daquelas trabalhadoras do sexo, reproduzindo estereótipos culturais pautados pelo chamado “virilismo” sexual. A intersecção entre gênero e classe conduziu o caminho da investigação, convidando-nos a não nos limitarmos à uma análise meramente social, e, sim, nos atermos ao marcador étnico concomitante como legitimador de que certas escolhas teóricas produzem metodologias distintas capazes de analisar as experiências de mulheres das classes altas e aquelas das classes trabalhadoras voltadas para o sexo dependendo das lentes do poder.

A notável contribuição de Dardo Lorenzo Bornia Junior, “A monogamia mata mulheres: reflexões a partir do caso de Julieta Hernández”, enfatiza o caráter violento da família monogâmica e cis-heteronormativa em relação às mulheres, vítimas do feminicídio, bem como em relação às pessoas sexualmente dissidentes e subalternizadas. Destaca ainda as imbricações entre família burguesa/colonial e monogamia, alicerçadas pela pedagogia afetiva do amor romântico e do ciúme. Suas análises alternam entre insights sobre o contexto teórico, midiático e político, com reflexões acerca das normatividades da família monogâmica cis-heterossexual e várias formas de violências associadas ao capitalismo e ao colonialismo. As relações sociais de gênero denotam como a culpabilização das mulheres reverberam os discursos midiáticos, cujo dever de se comportar evitaria as atrocidades da ordem social, questionando o peso relativo sobre o comportamento sexual e



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

regras de controle sobre elas.

O artigo assinado por Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira traz uma importante contribuição teórica para o uso de categorias como a interseccionalidade e a decolonialidade a partir dos estudos dos movimentos feministas em “Feminismos ao Norte, Feminismos ao Sul: mapeando o debate interseccional e decolonial nas Ciências Sociais e na História” o autor nos brinda como um verdadeiro mapeamento de autoras, autores e teorias centrais e atuais para o estudo das interseccionalidade e das decolonialidades. Estes são úteis e necessários nos estudos das violências, igualmente importante para pesquisadoras e pesquisadores do campo da História e das Ciências Sociais, mas ainda mais útil, atual e fundamental para aquelas e aqueles que procuram se debruçar sobre pesquisas nas humanidades e sob a perspectiva dos Direitos Humanos. A partir deste artigo se percebe que não é mais possível desconsiderar estas perspectivas e conceitos em qualquer campo de pesquisa em ensino na atualidade.

Por último, mas não menos importante e atual, é a contribuição das professoras doutoras Claudia Regina Nichnig e Adriana Aparecida Pinto. Aproximar a História e a Educação a partir dos estudos gênero e feministas através da análise, das contribuições destes campos de estudos e principalmente das alternativas de enfrentamento através da educação, são objetos deste artigo que nos brinda com a aproximação da Educação e da História, perceptivas úteis para Ensino de História, na perceptiva na Educação em Direitos Humanos, Antirracista e visando uma sociedade mais justa e igualitária. As legislações, como a Lei Maria da Penha, Lei 11340/2006, a Lei 14.164/2021, bem como a análise do texto introdutório da Base Comum Curricular Nacional (2017), para o ensino de História Anos Finais do Ensino Fundamental, são abordados no artigo intitulado “Educação como prática de enfrentamento às violências: Ensino de História e a formação para o exercício da democracia e cidadania”. O artigo evidencia a promoção de uma educação, que na perspectiva dos Direitos Humanos, buscam o enfrentamento às violências, aliando a História das Mulheres e os Estudos de Gênero, as produções da História e da Educação, importantes e urgentes debates no campo da História e da Educação.

Este Dossiê temático corrobora, portanto, para um conjunto de resultados e de reflexões urgentes aos leitores, às leitoras e leitores, sejam especialistas ou não em estudos de gênero e em violências institucionais envolvendo mulheres dos diversos segmentos sociais. A historiografia da violência, entendida aqui como uma representação social, ainda consiste em uma linguagem em voo, uma escrita a ser construída e repleta de experiências dolorosas e traumáticas, de marcas indelévels performatizadas pelos discursos de operadores da lei, permeada pelas ausências, silenciamentos e exclusão. Esta sessão busca desafiar as barreiras das desigualdades em termos de direitos das mulheres. A violência continua sendo percebida como um evento naturalizado e não como uma prática cultural que subsiste há séculos em nosso país e que ainda não aterrissou às fronteiras da equidade de gênero. Esperamos que a partir dessas leituras novos voos inspirem diversos objetos e níveis de análise com vistas a minimizar os efeitos sociais e políticos no contexto da violência dentro do campo jurídico e dos diversos espaços da sociedade.

Referências Bibliográficas

BUENO, Winnie de Campos; ANJOS, José Carlos dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. *Civitas*, n. 21, V. 3, set-dez 2021, p. 359-369.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

RODRIGUES JUNIOR, Luiz Rufino. Pedagogias das encruzilhadas. *Revista Periferia*, v.10, n.1, p. 71 - 88, Jan./Jun. 2018.

NICHNIG, Claudia Regina. *Corpos-territórios Kaiowá e Guarani na Kunangue Aty Guasu: em luta contra as violências de gênero*. Tese. (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, 2024.

Notas de autoria

Claudia Regina Nichnig. Pós-doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC). Doutora em Ciências Humanas, na área de Estudos de Gênero (PPGICH/UFSC) e Doutora em História, na área de História do Tempo Presente (PPGH/UDESC), pós-doutora em História (UFSC) e em Antropologia Social (EHESS). E-mail: claudianichnig@gmail.com

Gilmária Salviano Ramos. Pós-Doutoranda em História pelo PPGH - Universidade Estadual de Santa Catarina (2022). Supervisora do Pode Falar- UNICEF. Foi professora visitante do Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa/MG (2019 - 2021). Doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), com período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris (2013). E-mail: gilmariaramos@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

NICHNIG, Claudia Regina; RAMOS, Gilmária Salviano. Apresenta do dossiê Violências de gênero: interseccionalidade, sexualidades e justiça. *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 51, p. 61-66, 2024.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 08/04/2025

Aprovado em 08/04/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)